



Educação Escolar Indígena: um olhar na cobertura jornalística da Amazonia Legal

Roni Petterson

1. INTRODUÇÃO

Os meios de comunicação se configuram como agentes de educação e socialização, uma vez que participam da construção da realidade social, pautando as temáticas que fazem parte do cotidiano contemporâneo. Os meios são ‘matrizes de cultura’ (Martín-Barbero, 2010), em virtude de produzirem efeitos de sentido, criarem símbolos, valores e provocar no leitor sentimento de pertença à determinada coletividade. Trata-se de um sistema de produção cultural, mas também de exercício de poder simbólico por meio da própria linguagem e da força de representação da realidade.

Partindo desse pressuposto, objetivamos analisar como se dá a representação da Educação Escolar Indígena em cinco jornais impressos dos Estados que compõe a Amazônia Legal¹: A Gazeta do Acre, Diário do Amapá, Jornal A Crítica, O Imparcial, A Folha de Boa Vista, Gazeta de Cuiabá, Diário do Pará, Diário da Amazônia, Folha de Boa Vista, Jornal do Tocantins. O período selecionado para análise contempla a semana (17 a 23 de abril\2016), na qual está inserida a data comemorativa Dia do Índio (19 de abril).

Para tanto, nos apropriaremos da Análise Crítica do Discurso Fairclough (2001) a fim de compreender como se constroem os discursos sobre a Educação Escolar Indígena nos jornais mencionados. Já, para fundamentação teórica nos apoiaremos principalmente na Deontologia das Mídias com Bertrand (1999), no conceito de ‘ideologia da competência’ de Chauí (2006), na relação entre imprensa e minorias com Gomes (1998) e educação escolar indígena com Amaral e Barnes (2009).

2. ESPECIFICIDADES DO ESPAÇO PÚBLICO MIDIÁTICO

Os meios de comunicação de massa a partir dos avanços tecnológicos surgidos na década de 70, e posteriormente com o processo de Globalização, sofreram mudanças estruturais resultando em muitas fusões e conglomerados de mídia. Remete a um setor cada vez mais concentrado e menos democrático.

1 A Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44°W), perfazendo 5,0 milhões de km². Nela residem 56% da população indígena brasileira.

Esse cenário dificulta a constituição da 'esfera pública', ajuizada por Habermas (2014), onde a mídia seria o local destinado à construção das representações sociais, transpondo ideias e valor de si e dos grupos sociais aos quais as pessoas pertencem. Neste espaço os interesses coletivos plurais seriam racionalmente defendidos e argumentados.

A concentração de mídia reflete diretamente na baixa diversidade dos discursos reverberados pela mesma, isso porque, segundo Chauí (2006, p. 74) "os proprietários dos meios de comunicação são suporte do capital". Com esse suporte capitalista a notícia é versada como moeda para a lucratividade empresarial se esvaindo a função social, cultural, política e ética.

Outro poder exercido pela mídia está na criação do que Chauí (2006, p. 75) identifica como uma 'ideologia da competência', segundo a qual "a peculiaridade da ideologia contemporânea está no seu modo de aparecer sob a forma anônima e impessoal do discurso do conhecimento, e sua eficácia social, política e cultural funda-se na crença da racionalidade técnico-científica". Nessa perspectiva, nem toda pessoa tem legitimidade para falar sobre determinado assunto. O discurso legítimo seria aquele pronunciado por quem de direito e conforme o ritual requerido, apoiado sobre suporte institucional, neste caso, as empresas de comunicação. Como explica Chauí (2006, p. 76):

Essas distinções têm como fundamento uma distinção principal que divide socialmente os detentores de um saber ou de um conhecimento (científico, técnico, religioso, político, artístico), que podem falar e têm o direito de mandar e comandar, e os desprovidos de saber, que devem ouvir e obedecer. Em uma palavra, a ideologia da competência institui a divisão social entre os competentes, que sabem, e os incompetentes, que obedecem.

No caso do jornalismo, apreende-se como competentes os repórteres e os especialistas que, juntamente com as empresas de comunicação, são responsáveis pela criação dos discursos veiculados, ou seja, "é aquele que interpreta as notícias e os acontecimentos econômicos, políticos, culturais, religiosos e esportivos, aquele que explica e rebaixa entrevistados, zomba, premia e pune calouros" (CHAUÍ, 2006, p. 77).

São estes os sujeitos autorizados, seguindo os princípios jornalísticos da corporação a qual trabalham e suas subjetividades, incidem diretamente na construção do discurso sobre a realidade social. Na visão de Bertrand (1999, p.50), os jornalistas e os meios têm uma considerável implicação social uma vez que selecionam as informações, fatos, pessoas, instituições e pontos de vistas que julgam importantes para dar visibilidade e os que julgam irrelevantes para omitir e silenciar.

Mesmo ciente desse contexto capitalista e dos aspectos subjetivos que comparecem no processo de produção jornalística Bertrand (1999), insiste na necessidade de objetivar o caminho da Deontologia para que os conglomerados de mídia continuem exercendo atividade lucrativa, mas sem se furtarem da sua missão ética-informativa na produção e veiculação de notícias. Nessa visão deontológica, o principal objetivo é servir bem a população com informação ética, de qualidade e plural, na qual a diversidade da população deve estar representada. Trata-se de respeitar um conjunto de princípios e de regras, estabelecidos pela profissão, de preferência em interlocução com os usuários, afim de responder melhor às necessidades dos diversos grupos sociais.

Navarro (2010, p. 86) reforça a perspectiva mercadológica abordada por Chauí e Bertrand e que atravessa o processo produtivo da notícia:

O jornal coloca à disposição do seu público um conjunto desconexo de fatos que desorganiza qualquer estrutura racional presente no real; o que haveria de organizado no jornalismo é que tais fatos 'são submetidos a normas mercadológicas através da generalização, padronização, simplificação e negação da subjetividade'.

A notícia é então resultado de estratégias discursivas e normas mercadológicas, mas que na visão de Gadini (1999) desempenha papel fundamental na constituição dos universos simbólicos, ou seja, é indispensável para apreensão, compreensão e identificação das relações sociais dos indivíduos. O autor complementa, "falar em jornalismo é, então, falar em fragmentos de realidade, resultante de um jogo de fatores e códigos de produção discursiva" (p. 14).

Aí encontra-se uma das formas de poder midiático, o de criar a realidade a partir de fragmentos dela, ou seja, simulacros, (CHAUÍ, 2006). Ao construir

simulacros, a mídia elege pedaços de parte da realidade diária, outros só ganham visibilidade por meio de concessões, como datas comemorativas, protestos, o inusitado ou exótico. Assim, “a mídia passa a determinar a ordem do dia da sociedade: ela não pode ditar às pessoas o que pensar, mas decide no que elas vão pensar” (BERTRAND, 1999, p. 51).

Essa política de visibilidade que no espaço-ator mídia adquire um estatuto central, se deve à linha demarcatória que é estabelecida entre os modos e estilos validados de vida (que ganham visibilidade) e aqueles que são relegados a uma existência tida como menos qualificada. Dessa forma, Prado (2013, p. 25) salienta que a mídia se constitui como um dos lugares a partir dos quais “certas pessoas são postas como invisíveis na cena social, podendo ser destituídas de seu lugar de sujeito. Quando por alguma razão se tornam visíveis, é iniciada uma ação de expulsão ou recusa”.

Nesse mesmo sentido, Gomes (1998, p. 156) denuncia a falta de equidade entre o espaço discursivo destinado a classe dominante e o destinado ou negado às minorias:

A imprensa, entretanto, ao tratar de minorias ou de grupos excluídos, tem reservado um espaço/tempo determinado pela predominância discursiva da classe dominante. O discurso midiático - que deveria ser o terreno da crítica à ordem vigente para romper com o consenso que não seja resultado de debate público - se transformou em um reforço da ideologia dominante e, assim, da permanência da exclusão de minorias.

A afirmação de Gomes ganha força ao analisarmos pesquisas sobre a representação do indígena na mídia. A dissertação intitulada ‘Sujeitos sem voz: agenda e discurso sobre o índio na mídia em Pernambuco’, de Patricia Bandeira de Melo (2003), analisa o discurso e a representação social do indígena em dois jornais de Pernambuco (Diário de Pernambuco e Jornal do Comércio). O estudo evidencia que os indígenas ocupam a posição de fonte passiva do discurso jornalístico, promovendo o silenciamento destes povos originários. A pesquisadora também evidenciou forte vinculação temática entre a violência e os indígenas, predominando o indígena como autor da violência. Nas suas palavras:

Questões como saúde, educação, ciência e cultura indígenas entram esporadicamente na pauta midiática. Não há espaço para as diferenças

culturais entre os vários grupos, as dificuldades de sobrevivência econômica, as questões internas de cada comunidade, as relações com o branco, os direitos e a ligação cultural à terra. Ou o índio ingressa na pauta jornalística dentro do tema violência ou fica no silêncio (MELO, 2003, p. 187).

Ainda segundo a autora, a posição social do indígena na esfera pública é a de submisso, subalterno, silenciado, aparecendo na mídia a partir de um senso comum que os mantém à margem do discurso dominante ou reforça a condição de subalternidade.

Já, Moema Urquiza, na dissertação 'Identities Indígenas na Mídia: um estudo com professores indígenas sobre Identidade/diferença e representação', realizada em 2013, buscou investigar a percepção que professores indígenas têm das representações dos seus povos na narrativa midiática em Mato Grosso do Sul. Ela analisou matérias publicadas nos jornais eletrônicos sul-mato-grossense e, posteriormente, entrevistou professores indígenas sobre a percepção deles a respeito das notícias publicadas. A percepção é que os indígenas figuram como vilões e protagonistas dos dramas urbanos. Para exemplificar, a autora cita notícias sobre tráfico de drogas em aldeias e da superpopulação em certas comunidades, o que intensifica a violência entre os indígenas. Além disso, os indígenas aparecem também como sujeitos vulneráveis, vítimas de agressões e da omissão do poder público (notícias sobre desnutrição, assassinatos, suicídios, invasão das terras, discriminação, entre outras). A autora complementa:

Ao acompanhar a imprensa é possível perceber que as populações indígenas aparecem no noticiário, não raramente, em situações de violação de seus direitos: na luta pela demarcação de seus territórios, situações de assassinatos, casos de desnutrição, suicídio de crianças e jovens, infanticídio, marginalidade. São essas as situações consideradas "notícias" pela imprensa, tendo como referências as categorias do mercado e da cultura ocidental, principalmente quando o valor-notícia² é priorizado pelo trágico (2013, p. 16).

2 Conforme Jorge (2006, p. 5-6), "a atualidade, condição do que é novo; o interesse geral, público ou do público; o interesse específico, como o interesse humano; a intriga, aquilo que o povo deseja falar; o impacto provocado pelo número de atingidos – tudo isso são critérios embutidos nas rotinas profissionais. Os jornalistas os acionam nas macro ou micro-decisões do dia-a-dia: eles os detectam com sua experiência. Esses critérios, que determinam a qualidade de uma notícia, nota, reportagem ou entrevista publicados nos veículos e levam a índices de leitura variáveis, são os valores-notícia, também chamados fatores de interesse da notícia ou valores informativos".

Por fim, a pesquisadora identificou nas notícias critérios europeus para classificar quem é mais ou menos indígena, por exemplo, as disputas por recursos, lutas para demarcação dos territórios ou políticas públicas. Há estranhamento no relato da presença dessas populações nas cidades (e não nas florestas), a posse de artefatos tecnológicos e o uso de roupas – estes seriam sinais da perda de uma suposta pureza identitária.

Já Figueiredo (2014) na tese ‘Hegemonia e contra-hegemonia nas ordens discursivas sobre a questão indígena no Brasil: silenciamento e ativismo’, busca entender como a imprensa (Correio Braziliense, O Globo e O Estado de S. Paulo) cobre os temas educação, saúde, direitos humanos e direito à terra dos Povos Indígenas, em comparação aos conteúdos veiculados nos perfis do **Facebook** de organizações indígenas (período de 2010 a 2013). O autor verificou a existência de duas ordens discursivas: uma hegemônica, presente na mídia tradicional ou grande imprensa, cuja principal marca é o silenciamento da voz indígena, por meio da ausência ou baixa presença das fontes de informação de representantes indígenas; outra contra-hegemônica nas postagens do **Facebook** das organizações indígenas cujo espaço destinou-se a circulação da voz dos povos indígenas de forma plural, articulada e mobilizada.

Esse cenário nos instigou a analisar os discursos publicados sobre o indígena e sobre a Educação Escolar Indígena em cinco jornais diários da Amazônia Legal³. Trata-se de uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba nove estados (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). Nessa região concentra-se 49% da população brasileira e 56% da população indígena.

3. UM BREVE OLHAR SOBRE O ÍNDIO E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NOS JORNAIS NA AMAZÔNIA LEGAL

Nosso corpus de pesquisa é constituído por matérias jornalísticas e Editoriais relacionadas à temática Educação Escolar Indígena, publicados no período de 17

.....
3 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O que é? Amazônia Legal. Disponível em: <<http://goo.gl/XbGDhp>>. Acesso em: 02 abr. 2016. O conceito Amazônia Legal foi instituído em 1953 e seus limites territoriais decorrem da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região e, por isso, não se resume ao ecossistema de selva úmida.

a 23 de abril de 2016 (semana do Índio), nos cinco jornais de maior tiragem das capitais dos Estados que compõem a Amazônia Legal (Tabela 1), disponíveis na internet. São eles: Diário do Amapá, Jornal Acrítica, O Imparcial, Diário do Pará e Folha de Boa Vista.

Tabela 1 – Jornais de maior tiragem na Amazônia Legal⁴

	Estado	Jornal de maior tiragem na Amazônia Legal	Capital	Região do Brasil
1	Acre – AC	A Gazeta do Acre	Rio Branco	Norte
2	Amapá – AP	Diário do Amapá	Macapá	Norte
3	Amazonas - AM	Jornal A Crítica	Manaus	Norte
4	Maranhão - MA	O Imparcial	São Luís	Nordeste
5	Mato Grosso – MT	A Folha de Boa Vista Gazeta de Cuiabá	Cuiabá	Centro-Oeste
6	Pará – PA	Diário do Pará	Belém	Norte
7	Rondônia - RO	Diário da Amazônia	Porto Velho	Norte
8	Roraima - RR	Folha de Boa Vista	Boa Vista	Norte
9	Tocantins - TO	Jornal do Tocantins	Palmas	Norte

Fonte: Tabela elaborada pelo pesquisador

Coletamos todos os textos publicados nos referidos diários que possuíam as palavras índio e/ou indígena, a fim de termos compreensão do volume de textos publicados na semana de comemoração ao Dia do Índio (19 de abril). Em alguns constatamos que o tema principal não estava relacionado à temática indígena, como por exemplo, a notícia ‘Governador vistoria obras do Italuís e lema de Bacabeira’, que refere-se a construção de uma nova adutora do sistema de abastecimento de água na cidade Bacabeira. Nessa, a palavra indígena é mencionada em um boxe que publiciza o feito do governo Maranhense, no caso, a implementação do programa “Mais Sementes”.

Apesar dessa ampliação na coleta, salientamos que a análise discursiva ocorreu somente nas notícias que abordavam educação escolar dos povos originários.

Na tabela abaixo segue relação dos textos jornalísticos publicados que continha a palavra índio ou indígena.

4 A maior circulação dos jornais foi baseada na tiragem de cada jornal.

Tabela 2 – Relação de textos jornalísticos que continham a palavra índio e/ou indígena.

Data	Título	Jornal	Editoria	Página	Gênero Jornalístico
17 mar.	Resistência Indígena	Jornal Acrítica (AM)	Caderno 'Bem Viver'	09	Nota
18 mar.	Semana Cultural Indígena	Jornal Acrítica (AM)	Caderno A	18	Nota:
19 mar.	História da Criança: Livro revela brincadeiras locais	Jornal Acrítica (AM)	Caderno A	20	Notícia
19 mar.	Fortalecendo o ensino indígena: número de alunos matriculados em escolas indígenas cresceu 32,9% em 2016 saltando dos 505 para 671 estudantes	Jornal Acrítica (AM)	Caderno A	21	Notícia
19 mar.	A largada no Acré: Minissérie trata de tribo indígena no Acre	Jornal Acrítica (AM)	Caderno 'Bem Viver'	07	Nota
19 mar.	Indígenas participam de formatura hoje: Formatura da primeira turma do curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Uepa contempla Kyikatejê	Diário do Pará (PA)	Diário de Carajás	09	Notícia
19 mar.	Ciclo de palestras aborda tema sobre cultura dos povos indígenas	Folha de Boa Vista (RR)	Caderno A	04	Notícia
19 mar.	CIR diz que Estado tem mais de 90 mil indígenas	Folha de Boa Vista (RR)	Caderno A	08	Notícia
19 mar.	Ciclo de Palestras dos povos indígenas	Folha de Boa Vista (RR)	Social	09	Nota
19 mar.	Fotografias mostram costumes dos indígenas em Roraima	Folha de Boa Vista (RR)	Caderno B	01B	Notícia
20 mar.	Biblioteca Pública completa 71 anos com recepção temática	Diário do Amapá (PA)	Caderno Nota 10	01	Nota
20 mar.	Guerreiros	Jornal Acrítica (AM)	Caderno A	21	Notícia
20 mar.	Os índios Guajajara de Bom Jardim aproveitaram para se unir à comunidade em protesto	O Imparcial (MA)	Caderno A	03	Nota
20 mar.	Cultura, tradição e resistência	O Imparcial (MA)	Caderno A	12	Notícia
20 mar.	Gripe A causa a morte de criança de 1 ano	Diário do Pará (PA)	Caderno A	04	Notícia

21 mar.	Febre aftosa - Vacinação em Terras Indígenas	Folha de Boa Vista (RR)	Caderno A	07	Notícia
22 mar.	A Ibama breca nova hidrelétrica	Jornal Acrítica (AM)	Caderno A	06	Notícia
23 mar.	Governador vistoria obras do Italuís e lema de Bacabeira	O Imparcial (MA)	Geral	05	Notícia

Fonte: Elaborada pelo pesquisador

Conforme tabela acima, dos 18 textos jornalísticos publicados entre 17 e 23 de abril que continham as palavras índio e/ou indígena, nove constituíram-se como notas⁵ e 10 (dez) como notícias⁶. Dos textos enquadrados como notícia somente duas abordaram a temática que nos interessa, Educação Escolar Indígena.

Para análise dessas notícias nos aliamos ao consenso dos pesquisadores que trabalham com análise discursiva sobre a necessidade de compreender a linguagem como prática social. Para Fairclough (1989, p.01) a linguagem contribui para a “produção, manutenção e mudança nas relações sociais de poder”, bem como “amplia a consciência de como ela contribui para a dominação de umas pessoas sobre outras, já que a consciência é o primeiro passo para a emancipação”. Ou seja, a linguagem é ideológica, carregada de sentidos, “o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio histórico em que as palavras são produzidas” (2003, p. 94). Por isso, o autor defende que o discurso não é apenas prática de representação do mundo, mas também de significação do mesmo.

Seguindo essa perspectiva, a seguir analisaremos os elementos textuais e as formações ideológicas identificadas nos discursos selecionados.

A notícia “Fortalecendo o ensino indígena”, publicada pelo jornal A Crítica, no dia 19 de abril, sugere de forma categórica o efeito de certeza no título. O leitor é abordado perante uma realidade criada no e pelo discurso. Nele o enunciador demonstra que Manaus tem cumprido com a legislação no sentido de garantir o direito dos povos originários no que concerne à educação. Isto fica

.....
 5 Pequeno texto referente a um assunto que irá acontecer e responde a três questões básicas para compreensão: que, quem, quando.

6 Registro dos fatos, de informações de interesse jornalístico. Fatores objetivos fundamentam a publicação de uma notícia: o caráter inédito; o impacto que exerce sobre as pessoas e sobre sua vida; a curiosidade que desperta; a imprevisibilidade e improbabilidade do fato.

mais evidente quando o enunciador afirma que princípios constitucionais e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação estão sendo cumpridos pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), de Manaus voltada a: “preservar a cultura e a identidade dos povos indígenas, valorizar os costumes, realizar o ensino bilíngue e combater o preconceito”. O texto sobre o título da matéria, também conhecido no jargão jornalístico como chapéu, “número de alunos matriculados em escolas indígenas cresceu 32,9% em 2016 saltando dos 505 para 671 estudantes” reforça o discurso que a rede municipal de ensino de Manaus cumpre com a legislação. Além disso, o discurso sugere que havia uma demanda reprimida quanto a educação indígena.

A notícia também apresenta texto de apoio intitulado, “1ª turma de licenciatura intelectual⁷ [sic]”, no qual informa que a Gerência de Educação Indígena (GEEI), setor ligado à Secretaria de Educação, trabalha em parceria com a Universidade Federal do Amazonas para que seja iniciada primeira turma de Licenciatura Intercultural Indígena, em 2017. O texto ocupa uma coluna da matéria, a qual é preenchida, quase na totalidade, com a opinião do gerente da GEEI, afirmando que o projeto é uma demanda antiga dos professores que atuam na educação indígena.

O discurso reafirma que o governo, por meio da SEMED, além de cumprir com suas prerrogativas no ensino fundamental e médio, também realiza ações para sanar deficiências na educação superior indígena, outra demanda histórica reprimida pela falta de inclusão do indígena na Educação Superior, como também, evidencia a relação de benefícios entre a graduação e o ensino fundamental. “Hoje, dos nossos 30 professores contratados, apenas três possuem formação em nível superior. Então a graduação vem pra [sic] atender esse déficit e melhorar a qualidade do ensino oferecido”.

Com relação às duas fotografias utilizadas na matéria, mostram crianças sorrindo, com rostos pintados, faixa com grafismos indígenas na cabeça e sentadas à frente de computadores. As imagens são acompanhadas das legendas: “preservar a cultura e a identidade dos povos indígenas é um dos objetivos do trabalho do ensino na rede municipal” e “espaço cultural oferece aulas para crianças de 4 a 11 anos e jovens e adultos aos sábados”. Como afirma Oliveira (2001), trata-se de uma

.....
7 O correto é Licenciatura Intercultural.

estratégia retórica de narrar por estereótipos, nas quais assentam-se mais fortemente em generalidades e visões estereotipadas do que em especificidades culturais que diferenciariam as etnias entre si. O que corrobora com o discurso criado no texto que destaca a preservação da cultura indígena, a inclusão tecnológica destes povos e leva o leitor a crer “em Manaus, as políticas de educação indigenista têm sido cumpridas”, mas sem a escuta dos beneficiados.

Na edição do mesmo dia, o jornal ‘Diário do Pará’ traz a manchete “Indígenas participam de formatura hoje”. A notícia informa que a Universidade do Estado do Pará (Uepa) formou a primeira turma do curso de Licenciatura Intercultural Indígena. Não informa o número de formandos, somente a etnia dos indígenas, o que não permite ao leitor dimensionar o alcance e a amplitude dessa política inclusiva: “o evento contará com acadêmicos indígenas da reserva Gavião Kyikatejê e será realizado exatamente hoje, Dia do Índio, comemorando em todo o Brasil, a partir das 9h da manhã”. O efeito de sentido produzido pelo texto é que a formatura, por ser realizada no Dia do Índio, pode tratar-se de um presente e não de um direito. Além disso criou-se uma oposição, enquanto a formatura do ‘branco’ é realizada sistematicamente durante o semestre letivo, a formatura da primeira turma em Licenciatura Intercultural Indígena, ‘coincidiu’, com a data comemorativa ao indígena. Pode ter ocorrido aqui a criação de um “simulacro interesseiro” para fortalecer o discurso de que as causas indígenas relativas à Educação Escolar têm sido atendidas pelo governo Manauara, dar maior notoriedade ao fato, e também, criar o espetáculo no dia do índio.

O discurso noticioso foca no respeito ao ritual e a tradição “O rito da formatura data da idade média, portanto também é uma tradição”, e também, “[...] nenhum pormenor foi ignorado. Desde a entrada e posicionamento de cada formando e seu paraninfo, até os líderes das etnias que integrarão a mesa formatura”. Destaca o respeito aos costumes culturais indígenas, salientando o cuidado para fugir do risco de uma aculturação.

Complementaram o texto duas fotografias, a principal possui a imagem das faixas com grafismos indígenas que prenderam as becas, confeccionadas por cada formando com materiais característicos de cada tribo. O interdiscurso presente nesta notícia destaca o respeito as especificidades das tradições de cada

etnia, como demonstra a legenda: “o evento terá o cerimonial especialmente para a ocasião, unindo as tradições acadêmicas e indígenas”. Evidencia-se aqui o destaque para o evento da formatura como um espaço de negociação\encontro intercultural. A segunda fotografia traz a representante da tribo Gavião Kylkateiê em plano americano, sorridente, com rosto pintado e adornos indígenas. Remete a uma confirmação, auto\representação da satisfação de ter o direito conquistado sem abrir mão das singularidades culturais.

As quatro falas por meio de citações diretas ganham espaço para corroborar que a UEPA possibilita acesso à educação escolar indígena e, portanto, cumpre com a legislação vigente. Dessas destacamos duas: “temos principalmente um senso de dever cumprido nesse momento. Colaboramos para o cumprimento do papel social dá Instituição, tirando do papel a consolidação das políticas indigenistas” (Coordenador do Núcleo de Educação Indígena da UEPA), ou seja, era uma dívida histórica, um direito que se mantinha apenas no papel e “a licenciatura nos permite entrar na escola e transmitir o nosso conhecimento para as novas gerações. Com isso a preservação cultural será inédita” (representante da etnia Gavião Kylkateiê). Exprimi-se características no discurso como acessibilidade, pertencimento, auto representação e preservação cultural.

Passando ao segundo nível da Análise Crítica do Discurso é preciso considerar também as questões inerentes à produção, à distribuição e consumo. Fairclough (2001, p. 115), explica que a ACD deve combinar ‘microanálise’ e ‘macroanálise’.

Segundo Pinto (2002, p. 88), todo discurso é “um simulacro interesseiro, produzido com o objetivo de se conseguir ‘dar a última palavra’ na arena da comunicação, isto é, de ter reconhecidos pelos outros representações, identidades e valores” (formatura no dia do índio, “dever cumprido”, “colaboramos tirando do papel”). Assim, o discurso é entendido como um conjunto de enunciados que visam ao efeito de sentidos. Para criar um efeito de verdade a determinado enunciado o jornalismo não se limita a informar, mas sugere ao leitor o que pensar.

Ao considerar a macroanálise percebe-se que os jornais impressos analisados da Amazônia Legal (região com o maior número de indígenas) dão baixa visibilidade as causas destes povos e menos ainda a educação indígena. Das 10 notícias publicadas sobre indígenas nos cinco diários somente duas abordam Educação

Indígena. É importante mencionar que as duas matérias foram publicadas em 19 de abril, data em que se comemora o Dia do Índio. Em nenhum outro dia, dentro do período de análise, o tema foi abordado. O espaço dado a temática foi de meia página do formato **tabloid** para cada notícia com duas fotos cada texto.

Na matéria “Fortalecendo o ensino indígena” o texto não é assinado. Buscamos mais informações sobre a notícia na internet e constatamos que ela havia sido publicada do sítio da Secretaria Municipal de Educação de Manaus e assinado pela assessora de imprensa Martha Bernardo. Isso remete a uma falta de interesse pela temática, pois o jornal não se deu ao trabalho de produzir o próprio conteúdo e nem mesmo de ampliá-lo. Assim, o jornal foi a reboque do discurso e do interesse institucional e político da Secretaria, além disso houve um deslize ético uma vez que não cita a fonte da matéria jornalística, o que, do ponto de vista autoral, pode ser considerado antiético.

Para (MAINGUENEAU, 2014, p. 99), a notícia não ser assinada é uma estratégia discursiva para criar efeitos de distanciamento e objetividade, ao realizar o apagamento das marcas da enunciação. Ao eliminá-las, elimina-se também o enunciador e, desta forma, tem-se a impressão que as notícias anunciam a si próprias.

Cabe ressaltar que as duas notícias sobre educação indígena foram inseridas em cadernos de pouca visibilidade. No ‘Jornal Acrítica’ a notícia foi publicada na vigésima sexta página (página CD6 – par) no total de 36 páginas publicadas na edição. Já o outro texto jornalístico foi publicado no suplemento ‘Diário dos Carajás’ publicado somente as terças e sextas-feiras pelo jornal ‘Diário do Pará’, em média com apenas nove páginas, que traz informações do município Marabá, situado há 500km da capital.

A partir dessa breve análise concluímos que os assuntos pertinentes as causas indígenas foram abordados como periféricos, uma vez que as duas notícias em questão foram publicadas em cadernos de pouca visibilidade, além dos textos serem rasos em informação. Nenhuma reportagem – gênero jornalístico que trata de assuntos com profundidade dos fatos – foi identificada no período da análise, nenhum caderno especial sobre a etnia foi elaborado, iniciativa constatada frequentemente nos jornais impressos quando relativa a outras datas comemorativas, como Dia da Indústria, Comércio, Dia das Mães ou Pais, entre outras.

4. REFERÊNCIAS

AMARAL, Wagner Roberto do. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**. 2009. 591f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

BARNES, Eduardo Vieira. Da Diversidade ao Prolind: reflexões sobre as políticas públicas do MEC para a formação superior e povos indígenas. In: SOUZA, Cassio Noronha Inglês de; ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro de; LIMA, Antonio Carlos de Souza; Matos, M. H. O. (orgs). **Povos Indígenas: projetos e desenvolvimento II**. 1. ed.. 2010, pp 220.

BERTRAND, Claude-Jean. **A deontologia das mídias**. Trad.: Maria Leonor Loureiro. Bauru. EDUSC, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**. Routledge: Taylor & Francis Group. London and New York, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Tradução de Lúcia Magalhães. Editora: Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. London: Longman, 1989.

FIGUEIREDO, Verônica De Sousa. **Hegemonia e contra-hegemonia nas ordens discursivas sobre a questão indígena no Brasil: silenciamento e ativismo**. 2014. 326f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

GADINI, Sérgio Luiz. A produção da cultura no jornalismo contemporâneo: considerações sobre o discurso da informação na construção da identidade. In: **XXII Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação**, 1999, Rio de Janeiro.

Anais. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

GOMES, Wilson. Esfera pública política e media: com Habermas, contra Habermas In.: RUBIM, Antônio Albino Canelas; BENTZ, Ione Maria Ghislene & PINTO, Milton José (orgs.). **Produção e Recepção dos Sentidos Midiáticos**. Petrópolis: Vozes, 1998.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O que é? Amazônia Legal. Disponível em: <<http://goo.gl/XbGDhp>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

JORGE, Thaís de Mendonça. A notícia e os valores-notícia. O papel do jornalista e dos filtros ideológicos no dia-a-dia da imprensa. **UNIrevista**, vol. 1, nº 3, Julho 2006, p. 1-14. VIII Congresso Latino-Americano de Pesquisadores da Comunicação. Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Jorge.pdf>. Acesso em: 10.02.2013. ISSN: 1809-4651.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2014.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Globalização comunicacional e transformação cultural. In.: MORAES, Denis de (org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010, p.57-86

MELO, Patrícia Bandeira. **Sujeitos sem voz: agenda e discurso sobre o índio na mídia em Pernambuco**. 2003. 213f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

NAVARRO, Pedro. Uma definição da ordem discursiva midiática. In: MILANEZ, Nilton e GASPAR, Nádea. **A (des)ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVEIRA, Teresinha Silva de. **Olhares Poderosos**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

PRADO, José Luiz Aidar. A construção da realidade em Veja. In: _____. **Biopolíticas dos dispositivos comunicacionais**. São Paulo: Educ/Fapesp, 2013.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso: introdução à análise do discurso**. 2. ed. São Paulo: Hackers Editores, 2002.

URQUIZA, Moema Guedes. **Identidades indígenas na mídia: um estudo com professores indígenas sobre identidade/diferença e representação**. 2013. 82f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2013.

•• O AUTOR ••

Roni Petterson é Mestre em Comunicação Social pelo POSCOM da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Prof. do curso Comunicação Social/habilitação em Jornalismo da Universidade Federal de Roraima e Doutorando no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: ronipetterson@gmail.com.